

REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Angélica da Silva OLIVEIRA¹
Gisele Dayane MILANI²
Juliene Aglio de OLIVEIRA³
Poliana Rodrigues SANTOS⁴

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explanar reflexões acerca da emergência e evolução da Responsabilidade Social desenvolvida pelas empresas e o Serviço Social na empresa, especificamente nas socialmente responsáveis. Para tanto, foi construída uma contextualização histórica abrangendo o surgimento das práticas socialmente responsáveis que está ligado à questão do marketing social e imbricado às vantagens competitivas que a empresa pode alcançar em relação à sua imagem, por exemplo. Foi discutida ainda, a outra face da Responsabilidade Social onde foi realizada uma análise crítica em torno do tema. Foi dado enfoque ao trabalho do Assistente Social inserido na empresa, especificamente em ações de Responsabilidade Social, oportunidade em que foi apresentado o contexto de inserção desse profissional e abordado os limites e possibilidades presentes nesse novo campo sociocupacional a fim de criar reflexões sobre a temática e contribuir para sua discussão. Para tanto, a metodologia utilizada contemplou pesquisas bibliográfica e eletrônica.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Descentralização. Responsabilidade Social Empresarial. Marketing Social. Desafios e Possibilidades do Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social formada pelas Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: angely_kal@hotmail.com

² Discente do 8º termo do curso de Serviço Social Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: giselemilani@hotmail.com. Estagiária do Projeto Mérito Acadêmico das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente.

³ Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Doutoranda pela PUC/SP. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: juliene_aglio@unitoledo.br. Orientadora do Trabalho.

⁴ Assistente Social formada pelas Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Email: poliana.polirs@hotmail.com

Este artigo teve por objetivo discutir a emergência e evolução da Responsabilidade Social, bem como suas novas configurações e Serviço Social na empresa, especificamente envolvido em ações socialmente responsáveis. Este tema tem relevância social e acadêmica por ser um tema atual e com pouco referencial teórico no que diz respeito à atuação do Assistente Social na área da Responsabilidade Social Empresarial.

O objeto desse trabalho são os desafios e as possibilidades de atuação do Assistente Social frente à Responsabilidade Social Empresarial. Foi problematizado o surgimento da Responsabilidade Social e a adesão do Serviço Social à sua prática. Esta é uma pesquisa bibliográfica que abrangeu o estudo e análise de referenciais teóricos acerca da Responsabilidade Social, universo do trabalho.

Para dar início à pesquisa algumas hipóteses foram levantadas pelo grupo, abrangendo os motivos que impulsionaram o interesse e crescimento da Responsabilidade Social Empresarial a partir da década de 1990. E ainda, a inserção do Assistente Social nesse espaço contraditório, no qual, mesmo dentro dos limites institucionais, tem possibilidades de efetivar o Projeto Ético Político Profissional.

A metodologia utilizada contemplou as pesquisas bibliográfica e eletrônica. Foi utilizado o método Dialético, pois se sustenta em um processo contínuo de mudanças e tudo é considerado como um complexo de processos que estão sempre em constante transformação.

Dessa forma, o item II apresentou a Responsabilidade Social das Empresas por meio de uma contextualização histórica, elucidando sua origem e conceito. Na sequência, em um subitem apresentou-se uma discussão sobre a outra face da Responsabilidade Social Empresarial, destacando-se que as organizações notaram que importar-se com o meio social onde reside seu consumidor é uma boa estratégia para os negócios e agrega valor ao seu produto sempre visando à obtenção e ampliação do lucro.

Destacou-se nesta pesquisa, no III item, o trabalho profissional do Assistente Social no meio empresarial e na Responsabilidade Social, considerado um campo contraditório, uma vez que é evidente nesse meio, o conflito entre capital e trabalho. Para tanto, foram realizadas considerações acerca do contexto em que emerge a atuação desse profissional nas empresas

através da qual as empresas almejavam controlar e disciplinar a força de trabalho, ao mesmo tempo em que aumentavam os níveis de produção.

Os Assistentes Sociais foram chamados para intervir nessa nova demanda – as ações de Responsabilidade Social - o que exigiu do profissional a busca por novos conhecimentos acerca do tema e novas metodologias de trabalho, uma vez que, tudo que é novo é desafiador. Entre tais mudanças no campo sócio- ocupacional do Assistente Social, foram destacados os limites institucionais e as possibilidades que o profissional encontra nesse meio.

Por fim, seguem-se as considerações finais.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS: DIMENSÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS

Esse item teve como objetivo apresentar e discutir a Responsabilidade Social Empresarial a partir de uma contextualização histórica de sua origem e conceito. Cabe apontar, que o esforço dessa construção teórica demarca apenas alguns eventos e períodos de destaque da trajetória histórica da Responsabilidade Social, a fim de conduzir a compreensão acerca da temática e no tocante à área social, o que justifica alguns saltos em determinados períodos.

O processo de mudança do empresariado brasileiro em relação ao trato do social pode ser notado desde o século XX, conforme afirma Silveira (2010, p. 534), momento esse em que as pressões do movimento operário eram reprimidas pelo aparato estatal e em que [...] “o empresariado sentiu-se obrigado a sair de sua ‘zona de segurança’ e assumir parte do financiamento e da gestão do sistema de proteção social”. No entanto, nessa fase inicial, esse financiamento limitou-se à implantação de creches, escolas e moradias a fim de, com essas melhorias, segurar os trabalhadores das fábricas.

Conforme aponta Alessio (2008, p. 100-109), em meados da década de 60 essa prática já estava em uso nos Estados Unidos e foi se incorporando no Brasil à medida que os empresários foram notando as vantagens que ela poderia trazer para os negócios, no mesmo momento em que os problemas sociais do país se agravavam, ou seja, quando as novas

manifestações da questão social passaram a preocupar alguns empresários os quais se comprometem em melhorar o ambiente empresarial, “de modo a contribuir para uma sociedade solidária, justa, livre e humana”.

Entre as décadas de 70 e 80 as transformações ocorridas no âmbito do Estado, do mercado, paralelamente ao processo de globalização, influenciaram diretamente o setor empresarial, o qual viu a necessidade de incorporar novas estratégias, pois observaram que para garantir a competitividade e seu objetivo final - o lucro - apenas a qualidade dos produtos não seria mais suficiente para sobreviver nesse mercado cada vez mais competitivo.

A responsabilidade social como bem diz Beghin (2005, p. 17) “começa a se esboçar e ganhar, na década de 90, maior densidade e visibilidade”, período em que a sociedade brasileira estava em processo de redemocratização e abertura econômica. Em relação ao cenário brasileiro, a discussão em torno da Responsabilidade Social Empresarial recebeu características dos problemas sociais que cresciam no país juntamente com a afirmação do capitalismo, degradação da qualidade de vida, a intensificação dos problemas ambientais e a precarização das relações de trabalho.

Diante desse quadro a questão social fazia emergir um desafio ainda maior frente às necessidades básicas de uma parcela da população que sequer eram supridas. Foi em razão desses problemas, principalmente, que as ações das empresas socialmente responsáveis se desenvolveram.

No campo das formas de condução do social por parte do empresariado, as práticas pouco se alteram até por volta da década de 1990, com afirmação de Silveira (2010, p. 534) [...] “mantendo-se nos limites da tradição filantropo-caritativa e controladora, forma de ativismo social que tem sua matriz na tutela moral”. Essa forma de conduzir as ações reduzia o sujeito em assistido e/ou beneficiário e incapaz. Por outro lado, os empresários passavam a usufruir do reconhecimento de pessoas preocupadas com o bem-estar comum.

Entretanto a ideologia neoliberal - predominante nesse período - conduziu o debate em torno da responsabilidade social empresarial, introduzindo o conceito de “World Business Council For Sustainable Development (Wbcsd) segundo o qual a responsabilidade social empresarial

faz parte do desenvolvimento sustentável” (Tenório 2006, p. 25). Segundo essa abordagem, fazem parte do desenvolvimento sustentável não apenas a dimensão econômica mas também as dimensões empresarial, econômica e ambiental.

Assim, no que se refere ao significado de Responsabilidade Social Empresarial, a conceituação mais difundida é de autoria do Instituto Ethos⁵ (s.d.; s.p.):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

A citação supramencionada é difundida no meio empresarial e propagada como uma relação ética e transparente entre os denominados *stakeholders*⁶. Demonstra ainda um olhar para a natureza a partir de metas visando o desenvolvimento sustentável, denota preocupação com as gerações futuras e se compromete a promover a redução das desigualdades sociais.

Alessio (2003, p. 8) argumenta que a responsabilidade social:

É também tida como um modismo ou como mais uma forma das empresas obterem vantagens competitivas e, embora se constate que o movimento da responsabilidade social das empresas no Brasil ainda esteja em seus primeiros movimentos, dado a gravidade dos problemas sociais que o País precisa enfrentar, a responsabilidade social do setor privado vem redefinindo seus rumos e tendo uma importante e decisiva contribuição para o enfrentamento da questão social.

⁵ O Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social (s.p.;s.d.) é caracterizado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip - sem fins lucrativos que possui como missão a mobilização e sensibilização para ajudar empresas a conduzir seus negócios de maneira socialmente responsável e como parceiras visando a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. O Instituto Ethos foi criado em 1998 por empresários da iniciativa privada e atualmente é um polo de troca de experiências, de conhecimento, de desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas nas suas práticas de gestão, de compromisso com a responsabilidade social, bem como com o desenvolvimento sustentável. E ainda, o instituto Ethos é referência internacional no que tange os assuntos mencionados e possui destaque em segmentos do empresariado, da sociedade civil e de instituições acadêmicas.

⁶ De acordo com Rico (2010, s.p.) os stakeholders são os diversos públicos com os quais a empresa se relaciona composto por: funcionários, consumidores, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores, governo, comunidade e meio ambiente.

Entende-se que o cenário brasileiro exige ações que ultrapassem a mera doação, filantropia e assistencialismo, presentes no histórico das políticas sociais e nas primeiras formas de ação social do empresariado. E que dessa forma, o modelo de gestão dos negócios observe os interesses dos *stakeholders* e dos problemas sociais que assolam a sociedade contemporânea, tendo em vista também que a contribuição das empresas sob o viés social ocorre para atender seus próprios interesses econômicos, expansão no cenário nacional, retornos financeiros e sustentabilidade própria.

2.2 A Outra Face da Responsabilidade Social Empresarial

Diante desse quadro, é possível notar que as empresas buscam na área ambiental e social estratégias com o intuito de construir sua imagem de forma diferenciada. As organizações notaram que importar-se com o meio social onde reside seu consumidor é uma boa estratégia para agregar valor ao seu produto visando a obtenção e ampliação do lucro.

Para Cesar (2008, p. 250), a responsabilidade social é uma estratégia fundamental voltada à sustentabilidade nos negócios e:

[...] implica investimentos da empresa em programas sociais que, em tese, se voltam para 'o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade democrática, equânime e solidária'. As intervenções das empresas na área social são consideradas fundamentais, portanto, para a redução das desigualdades no país e para alavancagem do 'desenvolvimento sustentável' em nível local, regional e nacional.

Assumir investimentos em programas sociais, ou em projetos sociais passa a ser imprescindível para as empresas que desejam se manter no mercado e ganhar ainda mais espaço. A prática de gestão dos negócios com vistas à intervenção das empresas na área social torna a empresa respeitada socialmente, mesmo que ela esteja apenas cumprindo as obrigações legais e esteja utilizando isso como discurso de responsabilidade social. Ou ainda, que disponha de ações, porém sem continuidade e estejam

mais caracterizadas como jogada de *marketing* - todas vão repercutir na imagem institucional.

Convém ressaltar, mais uma vez, que a longa tradição das empresas denota seu envolvimento com estratégias em investimentos que lhe tragam retorno financeiro, o que continua se evidenciando no trato com a responsabilidade social. Em termos de gestão dos negócios, a preocupação empresarial está dirigida aos efeitos imediatos que a prática de responsabilidade social trará junto ao público, na divulgação da marca e na almejada lucratividade. Nesse sentido, existe uma sintonia entre os investimentos sociais propostos pelas organizações privadas e a perspectiva de alcançarem os resultados almejados em lucratividade com estes.

Nesse sentido, Rico (2004, p. 74) afirma que “As organizações empresarias têm como tendência financiar atividades, dando preferência àquelas relacionadas com os bens e serviços que produzem ou comercializam”. Fica evidente, portanto, o uso estratégico do investimento no social como um diferencial de competitividade ligado ao interesse econômico dos empresários e ao reconhecimento das ações por parte da sociedade.

Mas, o fato das organizações terem como tendência financiar atividades de acordo com seu negócio também está voltado à sua própria sobrevivência sendo assim uma demonstração de visão estratégica. Assim sendo, persiste a dúvida: serão essas práticas apenas instrumentos de marketing ou realmente podem produzir e produzem mudanças no cenário social onde estão atuando? Este questionamento vem de encontro à afirmação de Costa Filho (2004, p. 76) “Afim, se por um lado a sociedade cobra uma postura social e ambientalmente responsável, por outro, recompensa as empresas que trabalham em prol desses ideais”.

Existem vários fatores que podem motivar as empresas a atuar de maneira socialmente responsável. Com base no contexto em que o tema se origina e se desenvolve, observa-se que em se tratando das pressões externas há aqueles referentes à legislação ambiental, às pessoas que consomem os produtos e utilizam-se dos serviços, daqueles afetados pelas consequências das atividades industriais, bem como da atuação dos sindicatos em busca por melhores condições de trabalho e de salário, etc.

Nesse sentido, argumenta (CESAR, 2008, p.312):

A intervenção sociopolítica do empresariado, codificada no substrato ideocultural da “empresa cidadã”, portanto, configura a tentativa da burguesia de recriar as formas de organização do consenso e da adesão ao seu projeto de constituição da hegemonia intelectual, moral e política na sociedade, necessária à conformação do atual tecido histórico-social, marcado pelo processo de reestruturação capitalista e pela contra-reforma do Estado brasileiro.

Como resultado desse processo, expande-se o interesse do setor privado em intervir nesse espaço, assumindo a função de provedor que cabe ao Estado. E o setor privado também absorve a cultura imposta pelo ideário neoliberal e reconhece sua responsabilidade frente às demandas e necessidades sociais. No entanto, não se pode perder de vista os reais interesses das organizações.

O setor empresarial passa a atender às necessidades da comunidade, sob o discurso da responsabilidade social, desenvolvendo projetos aliados a prática voluntária e constituindo parcerias com o poder público e com diversas organizações, encontrando apoio gerado pela Reforma do Estado que, ao instituir um “espaço público não estatal” permite às diversas organizações ganharem espaços na área social. Tal fato possibilitou às organizações privadas a prestação de serviços sociais com base na gestão da solidariedade, filantropia e espírito comunitário.

O reconhecimento público das ações de responsabilidade social também se expressa por meio de premiações, selos, menções e certificações. Dessa forma, o reconhecimento articula-se com a divulgação da empresa para o mercado e a sociedade, como forma estratégica de reorganização das práticas empresariais que passam a ser vistas não mais como aquela que explora o trabalho ou que depreda os recursos ambientais.

Em relação às parcerias do Estado com as organizações da sociedade civil e do mercado no que tange a área social, é interessante destacar que mais que a retirada estratégica de cena estatal, tal fato encobre o processo de vulnerabilização de um legado de direitos sociais.

Para Silveira (2010, p. 540), os valores que fundaram a Constituição Federal de 1988: democracia, igualdade de oportunidade e condições de participação, “foram então capturados pelos novos discurso e prática empresariais, da *ética*, da *solidariedade* e da *parceria*”. No entanto, o discurso da solidariedade ainda mantém a natureza competitiva e individualista

do empresariado, vez que se sobressai o interesse pelo controle da força de trabalho e de sua produtividade.

Segue-se aqui a mesma linha de Correia e Medeiros (2003, apud Valadares e Souza, 2008, p. 8) que faz uma crítica ao sentido da responsabilidade social quando esta tenta ganhar legitimidade perante seu público.

A organização capitalista, por meio de métodos aplicados em seu processo produtivo, impossibilita ações sociais transformadoras e duradouras; no máximo elas apaziguam problemas sociais de forma superficial e limitada no tempo e espaço, pois uma empresa, de qualquer forma – mesmo que socialmente responsável -, tem impacto social. Isso é algo intrínseco ao sistema capitalista de produção.

Com isso, entende-se que se não trouxer algum benefício mercadológico, não se teria hoje tantas empresas interessadas em adotar essa nova forma de gestão dos negócios. Em consonância com o contexto em que se delinearam as novas ações empresariais, tenta-se cada vez mais legitimar seus meios produtivos através da prática da Responsabilidade Social Empresarial.

Nesse contexto e face ao agravamento dos problemas sociais, verifica-se um apelo cada vez maior à participação voluntária da sociedade civil em ações sociais como sujeito co-responsável pelo enfrentamento da exclusão social. Entretanto, a adesão a tal postura enfraquece o engajamento político, diminui as reivindicações por direitos universalizados em lei.

Por assim dizer, como o demonstram Bicalho e Mendes (2009, p 95) esses projetos sociais não promovem direitos, à medida que determinam as condições e aqueles que serão atendidos e uma vez que, promover a cidadania, muitas vezes, passa a ser vista como reinserir aquele indivíduo menos favorecido economicamente no mercado consumidor, não vendo-o como sujeito de direitos em busca de suprir suas necessidades mais básicas.

Verifica-se que ao adotar a responsabilidade social, enquanto uma estratégia que se apoia no discurso de “cidadania empresarial”, ética, participação, parceria e de solidariedade, o empresariado está, na verdade, comprometido com seus reais objetivos (obtenção da mais e maiores lucros) que são camuflados e mascarados por “intenções humanísticas” sem nenhum interesse financeiro.

Menezes (2010, p. 509) afirma que:

Esse ativismo é divulgado pelo marketing social, onde ganha centralidade a figura do “cidadão consumidor” e suas preocupações com as desigualdades sociais e um desenvolvimento sustentável; o discurso da parceria e o comprometimento com a “causa”.

Partindo da citação acima, foi possível analisar que outro meio encontrado para ganhar legitimidade é o apelo à solidariedade do ser humano para com o próximo, visto que, enquanto o consumidor escolher por comprar produtos em que parte das vendas seria destinada a alguma “boa causa”, estaria aumentando seu poder de venda.

Ao analisar-se o discurso de comportamento ético e responsável das empresas, observou-se que estas vão delineando uma nova estratégia ao conciliar lucro e ética, pois obtém grandes ganhos, o que torna essa postura ética presente no discurso da responsabilidade social apenas um instrumento com propósitos meramente calculistas.

Em consequência disso, Menezes (2010, p. 512) destaca a banalização dos termos cidadania, solidariedade e democracia. Utilizados para legitimar o discurso do empresariado tais termos foram esvaziados em seu conteúdo, mas mantido no discurso num nível simbólico. Assim, propaga-se uma coisa embalada por ideais da coletividade para esconder a realidade do que se vende e seus efeitos.

Sendo assim, a responsabilidade social acaba por colaborar no ocultamento das causas desses problemas sociais que diz combater. Reforça, ainda que nem sempre intencionalmente, a visão de que os problemas são causados pela própria incapacidade dos indivíduos e grupos empobrecidos, em decorrência de sua falta de vontade, falta de educação/ orientação, etc.

Vale ressaltar, mais uma vez, que as ações de responsabilidade social tem por objetivo final a obtenção de lucro e acumulação de capital, e não o enfrentamento direto das causas dos problemas sociais. Assim ao atuar apenas nos efeitos evita que os excluídos deem ensejo à revoluções ou até mesmo à rebeldias de violência.

No subitem a seguir foi tratado dos desafios e possibilidades do profissional de Serviço Social no meio empresarial, no campo da responsabilidade social, levando-se em conta que este novo campo sócio-ocupacional não pode ser negado, é compreender que precisam ser

incrementados do ponto de vista da profissão para que tragam os resultados que se propõem ao meio social e, conseqüentemente, o retorno esperado.

3 OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O objetivo principal deste item foi elaborar reflexões para aprofundar o debate sobre a inserção e atuação do Assistente Social no universo empresarial, assim como analisar os desafios e possibilidades que rodeiam seu cotidiano profissional nas ações de Responsabilidade Social.

De acordo com Lima (2005, p. 237), desde 1940 algumas empresas já dispunham de Assistentes Sociais no seu quadro de funcionários. No entanto, somente no final da década de 1970 e início da década de 1980, foi que se verificou um significativo aumento de profissionais de Serviço Social no ramo empresarial, em razão da flexibilização dos processos de produção que repercutiram, principalmente, na sociedade e nas relações de trabalho.

Inicialmente, a intervenção do Assistente Social nas empresas esteve voltada para a gestão dos recursos humanos, programas participativos, e educativos, qualidade de vida do trabalhador, voluntariado e etc. Como afirma Mota (1991, p. 16):

[...] a presença do assistente social na empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

Conforme citação, por meio do trabalho do Assistente Social a empresa almejava controlar e disciplinar a força de trabalho, ao mesmo tempo em que aumentava os níveis de produção. Desse modo, o profissional atendia às necessidades do trabalhador e sua família de acordo com as requisições do capital. É assim que também o afirma Yamamoto (2008, p. 47):

O Serviço Social sempre foi chamado pelas empresas para eliminar focos de tensões sociais, criar um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para reduzir o absenteísmo, viabilizar benefícios sociais, atuar em relações humanas na esfera do trabalho.

Assim, ressalta-se que a requisição deste profissional pelas empresas, de modo geral, confirma o surgimento de novas demandas sociais no âmbito empresarial para desenvolver um trabalho que imprime, principalmente, um cunho educativo e assistencial para com o empregado, sua família e dependentes. As empresas notaram que o Assistente Social poderia contribuir na organização das relações pessoais que perpassam no âmbito laboral. Isso porque buscavam proporcionar ganhos em termos de qualidade de vida no trabalho, que na verdade estavam reafirmando os interesses capitalistas da instituição empregadora.

Em meio às ações de Responsabilidade Social que as empresas passaram a desenvolver, os Assistentes Sociais foram chamados para intervir nessas novas demandas que surgiram no mundo da produção o que exigiu do profissional a busca por novos conhecimentos acerca do tema e novas metodologias de trabalho, pois tudo que é novo é desafiador.

Sob esse prisma, a atuação dos Assistentes Sociais junto às organizações empresariais, face o crescente investimento das empresas na Responsabilidade Social, pode ser um diferencial nas práticas socialmente responsáveis. O que está em questão, no entanto, é o novo modelo de gestão empresarial que envolve as relações da empresa com seus diversos públicos, em um campo de contradições que merece ênfase sob um olhar crítico.

Em relação às possibilidades, tem-se presente que este é um campo contraditório de relações sociais e que “o profissional de Serviço Social precisa estar atento e intervir nestes espaços, adotando estratégias qualificadas, embasado nos pressupostos éticos e normativos que orientam a postura profissional”. (MENEGASSO, 2001, p. 69).

Com base nos pressupostos da Responsabilidade Social, segundo a autora acima mencionada, o exercício profissional é permeado de possibilidades, desempenhado por meio da socialização de informações alusivas aos direitos sociais, da atuação em benefícios sociais e da articulação de redes e parcerias. A ação profissional pode se expressar também, através de assessorias para a formulação, coordenação e gestão de projetos sociais.

Diante de tais considerações, é relevante citar Baptista (2010, p. 32) quando ele afirma que o profissional, por vezes, “se vê diante de uma polaridade: o seu empregador, que o solicita com uma demanda específica,

originada nas políticas e estratégicas institucionais [...] e as pessoas, para as quais a questão é uma parte de sua vida [...]”. Essa polaridade é verdadeira. O que não é verdadeiro, no entanto, é o falso dilema do profissional entre atender somente as requisições do empregador ou posicionar-se somente ao lado dos trabalhadores.

O Assistente Social não deve, simplesmente, se moldar aos cronogramas institucionais, mas, por outro lado, não pode negar as atividades e os objetivos da instituição no processo de reelaboração do objeto, que tem início na “operacionalização das demandas institucionais [...] a demanda institucional é o ponto de partida” (BAPTISTA, 2010, p. 32). Entende-se, portanto, que este é um desafio, mas que a ação não se esgota nos reclames do empresariado, devendo o profissional se apropriar de novas metodologias de trabalho, sendo criativo e estratégico.

Tal consideração simplifica um enfrentamento que é complexo e nega a contradição intrínseca à prática profissional. Como afirma Baptista (2010, p. 33), “o dilema não está em optar por qual dos lados atender, se se decide por um ou outro, mas em ter a capacidade de atender as demandas que lhe são colocadas, superando as contradições”. Dessa forma, é possível compreender que se trata de mediar interesses diversos, que contribuem para que resultados substanciais sejam alcançados.

Para Menezes (2010, p. 525), o profissional:

[...] não deve também nutrir ilusões quanto à possibilidade de as práticas sociais das empresas serem a solução para o pauperismo em que se encontra grande parcela da população e nem deve se enganar, acreditando que o mercado está comprometido realmente com a superação da desigualdade social.

Conforme citação acima, as ações sociais das empresas não se configuram efetivamente como solução para as demandas, muito menos o mercado possui esse intuito. O que se efetiva são práticas assistencialistas, pontuais, que visam o consenso entre as classes e a diminuição dos espaços de participação e reivindicação dos sujeitos.

O meio empresarial de ações de Responsabilidade Social é um espaço contraditório e que demanda ao profissional atender ambas as partes interessadas, ou seja, o empresariado e os sujeitos que recebem as ações, sempre levando no seu ideário a direção social do Projeto Ético Político, que dá

a direção social do agir profissional. De acordo com Netto (s.d; p.4), o projeto do Serviço Social demonstra a autoimagem da profissão, elege seus valores, objetivos e funções, prescreve normas de comportamento para os Assistentes Sociais, estabelece as relações com os sujeitos sociais e com outras categorias profissionais.

Convém destacar que o Projeto Ético Político é composto pela Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Este projeto dá direcionamento ao agir profissional. O Projeto Ético Político do Serviço Social tem uma estrutura básica, dialeticamente compreendida em três dimensões: ética, política e profissional. Essas dimensões fazem parte dos valores do Projeto da Profissão e essa estrutura não deve ser compreendida como três dimensões separadas, mas devem ser dialeticamente compreendidas, pois estão interligadas.

O Código de Ética estabelece onze princípios para o exercício profissional do Assistente Social, inserido em qualquer campo sócio ocupacional. Em relação aos princípios, segue-se o Quadro 2, abaixo, para uma melhor elucidação com comentários em todos os princípios:

QUADRO 2 – OS PRÍNCÍPIOS DO CÓDIGO DE ÉTICA

<p>I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;</p>	<p>A liberdade só pode ser reconhecida se houver condições para que o indivíduo possa exercê-la, vez que o próprio sistema capitalista limita seu acesso. Para os Assistentes Sociais inseridos nos espaços públicos ou no meio empresarial, a liberdade é o valor ético central e deve ser pensada para além dos limites institucionais.</p>
<p>II Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;</p>	<p>Os direitos humanos devem ser intransigentemente defendidos, e isso se dá no cotidiano profissional, vinculado a recusa do arbítrio e autoritarismo e ser estratégico a ponto de não criar conflitos e contemplando o pluralismo.</p>
<p>III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;</p>	<p>A cidadania já é um direito garantido na sociedade, sendo assim é imprescindível que a atuação profissional em ações de responsabilidade social ultrapasse o mero discurso de cidadania e invista</p>

	na ampliação da cidadania dos sujeitos atendidos com ações efetivas.
IV Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;	Uma sociedade democrática é um ideal a ser construído, o que requer a garantia da participação e cidadania. Assim, nas ações de responsabilidade e social é preciso o compromisso do profissional na defesa e aprofundamento da democracia para que possa se buscar a participação social, o autodesenvolvimento e elevação do nível de liberdade do sujeito social.
V Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;	Tal princípio refere à igualdade de direitos e deveres relativos a todas as pessoas. Cabe ao assistente social, em qualquer campo de atuação, posicionar-se com vistas a universalização das políticas sociais e desenvolver ações que venham ampliar a efetividade de tais políticas e sua gestão democrática.
VI Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;	Este princípio aduz ao dever ético do profissional, que inserido na responsabilidade social pode contribuir com a criação de estratégias a fim de eliminar as formas de preconceito e discriminação e pode fazer isso incentivando espaços para a discussão e convivência com a diversidade.
VII Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;	O envolvimento do profissional na garantia do pluralismo possibilita a convivência com outras categorias profissionais que podem contribuir para o debate de temáticas no que concerne a responsabilidade social. E o constante aprimoramento é um compromisso para o desenvolvimento da competência profissional e instiga a uma constante preocupação investigativa do Assistente Social. Esse princípio instiga o aprimoramento do profissional que inserido no meio empresarial precisa fazer cursos e se atualizar a fim de prestar serviços com qualidade, que é um outro princípio.
VIII Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção	Esse princípio implica a busca de uma nova sociabilidade, ou seja, uma

de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero;	construção coletiva de uma nova ordem onde não haja dominação e exploração. Os Assistentes Sociais acreditam nessa ideia e se colocam ao lado da classe trabalhadora criando estratégias que deem visibilidade as situações de exploração e dominação vivenciadas a fim de despertar uma consciência de classe.
IX Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;	É importante ao assistente social que desenvolve ações de responsabilidade social estar articulado com outros profissionais e movimentos sociais para que se problematizar determinadas questões e construir forças contra a violação dos direitos sociais, pressionarem a aprovação de leis que reconheçam mais direitos sociais, construir redes e unir forças para o atendimento dos sujeitos sociais.
X Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;	A qualidade nos serviços prestados está relacionada ao aprimoramento intelectual. O Assistente Social é um profissional investigativo e interventivo, portanto é imprescindível o constante aprimoramento intelectual, como também exposto no oitavo princípio.
XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.	Esse princípio se refere a luta contra a discriminação em geral e em relação ao exercício profissional.

Fonte: Código de Ética (1993), Texto didático das Profs^a Valderês Maria Romera e Juliene Aglio de Oliveira (s.d;s.p) e quadro elaborado com a interpretação das autoras.

Com base nos princípios elencados, foi possível notar os princípios que norteiam a atuação dos Assistentes Sociais com referência aos direitos sociais, à justiça social, aos direitos humanos, à liberdade, à emancipação, entre outros defendidos pela categoria profissional e que indicam a direção social que a intervenção do profissional deve buscar.

É relevante destacar que o Serviço Social Empresarial - e em qualquer outro espaço de atuação – anseia por outra ordem societária, sem

dominação e exploração e com justiça social. Entretanto isso não é tão simples assim, pois requer o envolvimento de outros atores sociais, o que remete a importância de a profissão estar em constante sintonia com os movimentos sociais, com os anseios populares e com as lutas da sua categoria e de outras que se fundamentem nos mesmos princípios.

Cabe ressaltar que é necessário ao Assistente Social inserido nas ações de responsabilidade social a busca constante pelo conhecimento. E, ainda que ele não seja apenas um executor de ações que lhe são impostas, mas que crie novas ações dentro de seus limites e possibilidades institucionais, pautadas no Projeto Ético Político Profissional da categoria. É importante ainda, que o profissional elabore processos de participação e de conscientização com o intuito de desenvolver uma consciência crítica nos trabalhadores ou sujeitos atendidos pelas ações de Responsabilidade Social, ultrapassando apenas o interesse individual e possibilitando a participação deste nas decisões no que se refere às suas necessidades.

Nessa perspectiva, possibilidades são postas ao Assistente Social que deve desenvolver seu potencial estrategista e articulador. Ainda mais por estar inserido em uma dinâmica contraditória que se constituem, por um lado pelas exigências da organização contratante, e por outro pelas necessidades dos trabalhadores ou usuários. O desafio, no entanto, constitui-se na capacidade em atender ambos e superar essa contradição.

A fim de melhor esclarecer os desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social em ações de Responsabilidade Social, segue abaixo o Quadro 3, explicativo sobre os desafios e possibilidades. Cabe mencionar que o quadro é uma produção das autoras, realizado através de reflexões durante as orientações e com base nos textos estudados nesse tópico dos autores: Baptista (2010, p. 32), Menegasso (2001, p. 69) e Iamamoto (2008, p. 47).

QUADRO 3 – DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Desafios:	Possibilidades
<ul style="list-style-type: none">Mudanças do cotidiano impulsionadas pela instituição empregadora, pela economia e	<ul style="list-style-type: none">Socialização de informações alusivas aos direitos sociais;Articulação de redes e

<p>pelo sistema de produção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervir nessas novas demandas que surgiram no mundo da produção; • Campo contraditório; • Ir além dos objetivos corporativos e estratégias empresariais requisitados; • Capacidade de atender às exigências da organização contratante e aos requerimentos dos trabalhadores ou usuários e superar essa contradição; • Criar metodologias qualificadas para dar respostas às requisições do meio empresarial. 	<p>parcerias;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a gestão nas dimensões propositiva, executiva e avaliativa; • Posicionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para desenvolver o trabalho profissional considerando os limites institucionais e buscando superá-los; • Possibilidade de fazer a leitura do objeto sobre o qual que vai intervir; • Trabalho interdisciplinar.
---	---

Fonte: Baptista (2010, p. 32), Menegasso (2001, p. 69) e Iamamoto (2008, p. 47). Quadro elaborado pelas próprias autoras.

Por meio desse quadro, é possível compreender a gama de desafios envolvidos no agir cotidiano do Profissional de Serviço Social inserido na empresa e em Ações de Responsabilidade Social. Vale ressaltar que, independente de estar inserido na área pública ou em uma empresa, a direção social do agir profissional do Assistente Social é a mesma, apenas os desafios podem apresentar-se de maneira diferente.

Portanto, entende-se que a inserção do Serviço Social no meio empresarial está permeada por interesses contraditórios, - não que em outros campos estes não existam - mas este, especificamente, é um campo sócio ocupacional desafiador, na medida em que o profissional é contratado pelo empresariado para garantir os objetivos corporativos e estratégias empresariais.

Esse dado nos remete à importância da realização de uma análise institucional, a fim de identificar a correlação de forças existentes, as contradições, os conservadorismos e mobilidades, isso em qualquer campo de atuação, o que inclui no âmbito privado que possui peculiares características de evidentes contradições entre capital e trabalho. E corre-se o risco, no entanto, da desconexão do agir cotidiano com o projeto profissional, e mais, do fazer imediatista, assistencialista, dentre outros, que podem comprometer a qualidade dos serviços prestados, a ampliação e consolidação da cidadania, o

aprofundamento da democracia, da gestão democrática e de todos os demais princípios a estes imbricados. Entende-se que é contraditório consolidar espaços democráticos no campo do mercado, pois este possui uma lógica de lucratividade e compreende-se que cabe ao Estado a tarefa de intervir no que concerne às demandas da área social, pois é do Estado a função de provedor de direitos sociais.

É válido ressaltar que não é obrigatório que as empresas tenham o Assistente Social envolvido nas ações de Responsabilidade Social. No entanto, entende-se ser de suma importância a atuação desse profissional em tais ações, pois este possui um olhar crítico e capacidade não apenas de executar tarefas, mas também de investigar e intervir na realidade social.

As ações de Responsabilidade Social das empresas desenvolvidas sem a atuação do Assistente Social e sem uma metodologia de trabalho contínua e sistemática podem levar à perda da qualidade dos serviços ofertados, com ações superficiais e pontuais, tornando-se apenas um meio para que a empresa possa mostrar resultados rápidos a fim de ganhar visibilidade.

Em relação às argumentações e análises em torno do tema, atenção especial deve ser dada à tendência conservadora, aos resquícios da filantropia empresarial e ao caráter assistencialista das ações de Responsabilidade Social, que também podem estar associadas ao papel desempenhado pelo Assistente Social nas empresas, que por vezes manifesta esse caráter assistencialista.

Embora o Assistente Social esteja inserido em um espaço contraditório e os princípios que segue sejam diferentes dos interesses empresariais, entende-se que nos limites e desafios do cotidiano é possível viabilizar possibilidades e frentes de trabalho efetivando o Projeto da profissão. O pressuposto desta afirmação é que quando o profissional intervém nas expressões da questão social, sua prática expressa um posicionamento ao mesmo tempo teórico metodológico, ético político e técnico operativo, orientado por princípios e valores defendidos pela categoria profissional.

A atualidade suscita repensar valores que regem a vida em sociedade, em uma perspectiva voltada ao desenvolvimento social e econômico sustentável. Aos poucos, o Serviço Social vem aumentando cada vez mais as discussões críticas a respeito da Responsabilidade Social das

Empresas. Foi possível notar pelos estudos teóricos, que o trabalho do Assistente Social em ações de Responsabilidade Social está repleto de desafios, em um campo contraditório, mas foi possível notar ainda que nele existem possibilidades intrínsecas a serem viabilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho teve como finalidade suscitar reflexões acerca da emergência e evolução da Responsabilidade Social Empresarial, desde o cenário histórico que possibilitou seu surgimento e desenvolvimento até a inserção do Assistente Social na empresa, especificamente em ações socialmente responsáveis.

Verificou-se que o que impulsionou o empresariado a adotar um comportamento socialmente responsável no trato com a gestão dos negócios está mais além da contribuição para uma sociedade mais justa ou da busca da sustentabilidade. O que remete ao entendimento de que a outra face da Responsabilidade Social está permeada de interesses privados, comerciais e de âmbito econômico, que trazem como principais vantagens a melhora da imagem institucional e a valorização da marca.

O meio empresarial é um espaço contraditório para as ações de Responsabilidade Social e que demanda do profissional de Serviço Social atender o empresariado e os sujeitos que recebem as ações, sempre pautando sua ação pelo Projeto Ético Político, que dá a direção social do agir profissional.

Conforme foi exposto o ideário dos Assistentes Sociais fundamenta-se na defesa dos direitos sociais, da justiça social, dos direitos humanos, da liberdade, da emancipação, entre outros, defendidos pela categoria profissional e que simbolizam a direção social que a intervenção do profissional deve buscar. Foi a crença nesse ideário que remeteu ao entendimento de que um posicionamento crítico e reflexivo no que tange a esses princípios é de fundamental importância para a aproximação deles com a realidade social, a fim de criar novas possibilidades de trabalho no tocante às ações de Responsabilidade Social.

No que tange aos desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social em ações de Responsabilidade Social, foi possível

compreender que os maiores desafios concernem ao campo das contradições em ir além dos objetivos corporativos no atendimento das exigências do empresariado e das demandas dos sujeitos. Como possibilidades, verificou-se que há espaços na gestão das ações, na articulação de redes e parcerias e embora o Assistente Social esteja inserido em um espaço contraditório e os princípios que este segue sejam distintos dos objetivos empresariais, entende-se que nos limites e desafios institucionais é possível viabilizar possibilidades e frentes de trabalho efetivando o Projeto da profissão.

Verificou-se que não é obrigatório para as empresas terem o Assistente Social envolvido nas ações de Responsabilidade Social. No entanto, entende-se ser de suma importância a atuação desse profissional em tais ações, pois possui um olhar crítico, capacidade não apenas de executor, mas também de investigar e intervir na realidade social.

Por fim, a partir do exposto foi possível notar que o Serviço Social vem ampliando as discussões em relação ao tema em tela e que essa pesquisa contemplou esforços na construção de uma reflexão sobre as ações de Responsabilidade social e o assistente social nesse espaço sócio ocupacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ALESSIO, Rosemeri. **Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de posturas ou novos rumos?** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003 . Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/952/732>>.
Acesso: 01 jul. 2012.

BATISTA , Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** 2 ed. São Paulo. Veras; Lisbora: CPIHTS; 2010.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. MENDES, Miriam Marinho. **Responsabilidade Social Empresarial, Extensão Universitária e Produção de Subjetividade: Atravessamentos em um Mundo Globalizado.** 2009.
Disponível em:
<seer.imes.edu.br/index.php/revistapsico/article/download/14/14> Acesso: 03 jul. 2012.

BRASIL. **Lei que regulamenta a Profissão de Serviço Social.** Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Brasília, DF, Senado, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de ética profissional do assistente social.** Brasília: Conselho Federal de Assistentes Sociais, 1993.
CESAR, Monica de Jesus. **Empresa Cidadã: uma estratégia de hegemonia.** São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA FILHO, Adalberto Vieira. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Peirópolis, 2004.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região. **Projeto Ético-Político**. Disponível em: <<http://cress-es.org.br/projetoetico.htm>>. Acesso: 15 ago. 2012.

ETHOS, Instituto. **O que é RSE**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso: 12 mar. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Maria José de Oliveira. **Serviço Social na Empresa**. Revista Katálysis b.8 .2 jul./dez. 2005 Florianópolis SC 235-246. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6116/5679>>. Acesso: 08 ago. 2012.

MENEGASSO, Ester Maria. **Responsabilidade Social das empresas: um desafio para o Serviço Social**. Revista Katálysis n. 5/2001 Estado, sociedade civil e democracia. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5724>>. Acesso: 08 jul. 2012.

MENEZES, Franciane Cristina de. **Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”**: o debate da categoria profissional na Revista **Serviço Social & Sociedade e nos CBAS**. In: SERVIÇO Social & Sociedade. São Paulo: Cortez 2010. N 103.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso: 28 ago. 2012.

RICO, Elizabeth de Melo. **A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo Perspec. vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400009>. Acesso 13 ago. 2012.

RICO, Elizabeth de Melo. **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE** - (percursos em Portugal). Revista Administração em

Diálogo Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicado em Maio de 2010. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/2936/1894>. Acesso 27 jul. 2010.

SILVEIRA, Sandra da Silva. **Estado da arte do social: uma perscrutação às práticas de responsabilidade social empresarial**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 103, set. 2010.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VALADARES, José Horta; SOUZA, Julio Cezar Gouvêa. **Análise da Responsabilidade Social no Ambiente Organizacional das Cooperativas Unimeds do Estado de São Paulo**. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. 06-08 de Agosto 2008 – Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/203-valadares.pdf>. Acesso: 03 jun. 2012.